

Governo subestimou crise mexicana

IMPACTO SOBRE O BRASIL FOI MAL AVALIADO. DEMORA NA APROVAÇÃO DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS AMEAÇA REAL.

100 DIAS
A principal crítica que se pode fazer aos gestores do Plano Real é que avaliaram mal o impacto da crise mexicana. Só foram tomar medidas efetivas para tentar reequilibrar o balanço de pagamentos do País no final de março, embora a balança comercial já tivesse apresentado déficit desde novembro do ano passado. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso passou os seus primeiros dois meses tentando mostrar para a sociedade e para o mundo que o Brasil era diferente do México e da Argentina, sem demonstrar isso na prática.

O governo foi atropelado pela crise que fulminou a economia mexicana. A principal característica dessa crise foi a debandada maciça dos capitais de curto prazo dos chamados países emergentes. Em fevereiro, a situação foi agravada porque a Argentina também ameaçou entrar em colapso. A estimativa do mercado é de que a perda de reservas do Brasil chegou a US\$ 6 bilhões nos primeiros cinco dias do governo FHC.

A rota do Real previa uma trajetória bem mais suave, antes da crise mexicana. As reservas tinham superado os US\$ 40 bilhões. A inflação estava beirando 1% ao mês, a economia tinha apresentado um forte crescimento em 1994. O desemprego tinha caído e as expectativas da sociedade eram muito favoráveis.

Ao tomar posse, o presidente Fernando Henrique tinha no horizonte econômico uma inflação em torno de 20% para este ano, um crescimento da economia de 5 a 6% (ou até 8%, como disse em sua visita ao Chile, em março) e um superávit comercial de US\$ 5 bilhões. As reservas seriam mantidas em patamares elevados, mesmo sem crescimento significativo. A principal preocupação da equipe econômica era evitar uma expansão exagerada da economia, que suscitasse pressões de demanda alimentadoras da inflação. Mas este era considerado o melhor dos problemas, que facilmente poderia ser administrado.

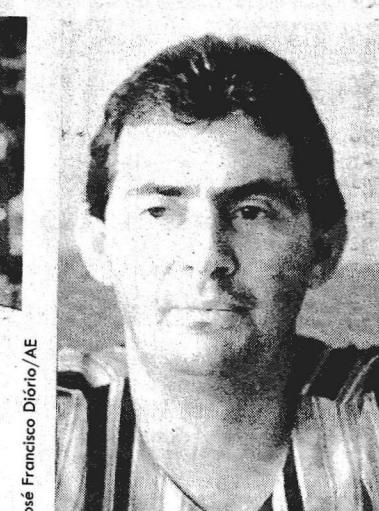
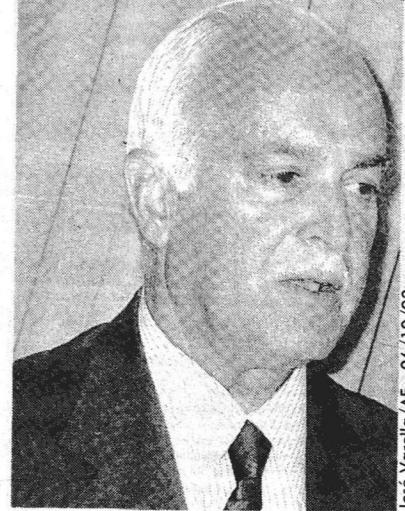
O que ocorreu no México começou a desmontar vários pressupostos do Plano Real.

O principal deles é o de que seria possível contar indefinidamente com as importações para combater os monopólios e oligopólios internos e, desta forma, controlar a inflação. Os eventuais déficits comerciais seriam financiados pelos capitais de curto prazo que circulam nervosamente pelo mundo. O diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, e o atual presidente do BNDES, Edmar Bacha, chegaram a dizer que o País precisava registrar déficits em sua balança comercial.

Foi por isso que, ao registrar os primeiros déficits em novembro e dezembro, o governo reagiu como se nada estivesse acontecendo. Apenas aumentou os impostos sobre as importações pelos Correios. Com o novo déficit de janeiro, o governo continuou reagindo timidamente — aumentou de 20% para 32% as alíquotas de imposto de importação sobre automóveis.

Junto com essa elevação dos impostos, o governo adotou também outras medidas destinadas a reduzir o consumo. O prazo dos consórcios foi reduzido para seis meses. As operações de factoring foram restritas. No inicio de março, a economia argentina ameaçou entrar em colapso e o governo decidiu alterar a política cambial para mostrar que o Brasil, ao contrário do México e da Argentina, não tinha câmbio fixo. Com a mudança, o governo promoveu uma desvalorização do real de quase 6%. Mas a operação, feita de modo atabalhoado, abriu terreno para uma especulação em grande escala e saiu caro para o País. Em apenas um dia, 9 de março, o Brasil perdeu US\$ 1,5 bilhão de suas reservas. Quando o déficit comercial em fevereiro bateu o recorde histórico — US\$ 1,09 bilhão — a equipe econômica achou que tinha chegado o momento de adotar uma medida mais drástica.

A preocupação principal passou a ser evitar uma crise cambial. Mesmo assim, o governo optou por não fazer uma nova desvalorização do real, com receio das repercussões sobre a taxa da inflação. Decidiu elevar para 70% as alíquotas de importação de mais de 100 produtos. O principal dilema hoje do governo Fernando Henrique é garantir o equilíbrio das contas externas mantendo in-



“O GOVERNO AINDA NÃO ENGRENOU. O PRESIDENTE ESTÁ AQUECENDO OS MOTORES, CHECANDO O NÍVEL DE COMBUSTÍVEL E ANALISANDO A TRIPULAÇÃO”

Antônio Carlos Magalhães, senador pelo PFL-BA.

“O PRESIDENTE NÃO FEZ NADA ATÉ AGORA, A NÃO SER VETAR O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO. COM A MINHA APOSENTADORIA, R\$ 117 POR MÊS, NÃO DÁ NEM PARA COMER DIREITO”

Ademar da Silva, comerciante aposentado.

“A IMPRESSÃO GERAL É DE QUE PASSAMOS DE UMA GRANDE ESPERANÇA PARA APREENSÕES CRESCENTES. O PRESIDENTE PARECE ENCABULADO EM FAZER O QUE PROMETEU NO DISCURSO DE POSSE: PRIORIZAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL”

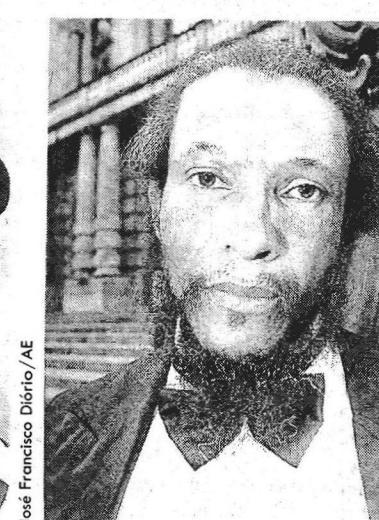
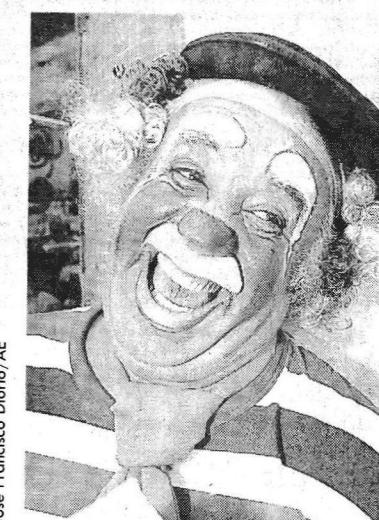
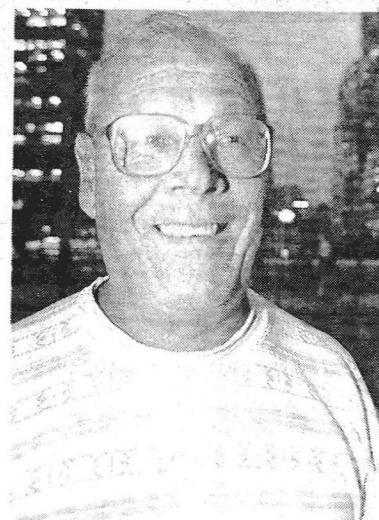
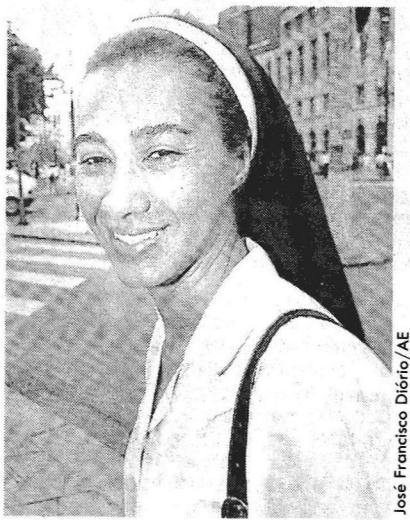
Dom Luiz Demétrio Valentini, bispo de Jales (SP).

“O GOVERNO CAMINHA DENTRO DA NORMALIDADE. AS DIFICULDADES INICIAIS SÃO FRUTO DA RESISTÊNCIA ENFRENTADA PELO PRESIDENTE NO CONGRESSO NACIONAL. AS MUDANÇAS SÃO UM PROCESSO DEMORADO”

Adolfo Pires da Fonseca, gerente comercial.

“O GOVERNO ANDOU MUITO DEVAGAR. FORAM DIAS SEM REFORMAS, SEM A VENDA DE ESTATAIS E SEM A QUEBRA DE UM MONOPÓLIO. FICO PREOCUPADO COM ISTO, PORQUE SEM AS REFORMAS O REAL NÃO AGUENTA MAIS OITO MESES.”

Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e membro da Força Sindical.



“TENHO MUITA ESPERANÇA NO PROJETO DE FERNANDO HENRIQUE. A GENTE ACREDITA NA BOA VONTADE DELE. AGORA, AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS DEPENDEM DE TODOS. DO JEITO QUE ESTÁ O PAÍS, ELE SOZINHO NÃO VAI CONSEGUIR MUDAR”

Diná Ribeiro Damascena, freira dominicana.

“FIQUEI SURPRESCO PELA FORMA COMO O MOVIMENTO SINDICAL ESTÁ SENDO TRATADO. NÃO É BOM PARA UM PAÍS QUE JÁ ESTÁ FRUSTRADO COM AS MEDIDAS ECONÔMICAS VER SEU PRESIDENTE TRATAR COM DESDÉM AS ENTIDADES DE TRABALHADORES”

Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT.

“AINDA ESTOU ESPERANDO QUE O PRESIDENTE COMPROVE QUE O REAL NÃO FOI UM PLANO ELEITOREIRO, PORQUE ESTA É A IMPRESSÃO QUE SE TEM. DIZER QUE NÃO HÁ INFLAÇÃO É MENTIRA, PORQUE VOU AO SUPERMERCADO E VEJO OS PREÇOS SUBIREM”

Darcy Aparecido Giocondo, funcionário aposentado do Banesp.

“É MUITO CEDO PARA FAZER UMA AVALIAÇÃO DO GOVERNO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. ESTAMOS NO INÍCIO DO ESPETÁCULO, NÃO SABEMOS O DESFECHO DO ENREDO”

Wanderley Cesário de Abreu, o palhaço Téleco.

“EU ACREDITO PIAMENTE NO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. MAS ACHO QUE NÃO PODEMOS ESPERAR MUDANÇAS INSTANTÂNEAS”

Eduardo Cláudio Manhães, músico percusionista e professor de educação física.

Os adversários de Fernando Henrique

PT e PDT - Principais partidos de oposição, articulam uma frente contra as reformas da Constituição, sobretudo nas áreas da Previdência e da flexibilização dos monopólios, que afetam suas bases de apoio entre os trabalhadores dos setores público e privado.

Setores do PMDB - Grupos de várias tendências discordam do apoio dado oficialmente ao governo pelo partido. A distribuição de cargos descontenta alguns setores e outros são contrários à flexibilização dos monopólios e à mudança do conceito de empresa nacional, que podem contrariar os interesses de suas bases eleitorais.

Dissidentes - No próprio partido do presidente, o PSDB, os descontentes já apresentam propostas de reformas alternativas às do governo e queixam-se abertamente da falta de atenção por parte do Planalto.

Organizações - Central Única dos Trabalhadores e sindicatos ligados a ela, União Nacional dos Estudantes, União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa, entre outras, defendem a manutenção da Constituição elaborada em 1988.

Governadores e prefeitos - Apesar do interesse político de se colocar ao lado do governo, Estados

e municípios estão preocupados com as propostas de reforma tributária que unificam a cobrança do ICMS e prevêem a restituição de impostos pagos por exportadores. Os Estados usam a redução do ICMS para atrair empresas.

Fisiologismo - Como ainda não foi distribuída a maioria dos cargos de segundo e terceiro escalões, é grande a disputa entre os partidos aliados (PP, PL, PTB e PMDB). Até parlamentares do PFL e do PSD fazem pressões e chegam a votar contra o governo no Congresso.

Descoordenação - O chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, está desgastado com o Congresso e até com a Igreja. Bresser Pereira, da Administração Federal, criou atritos com o funcionalismo e com outros ministros, e José Serra, do Planejamento, é acusado de insistir demais em cortes no Orçamento, irritando aliados. As falhas de comunicação levaram à queda do secretário Roberto Muyal.

Lobistas - Representantes de interesses do setor privado pressionam contra a abertura de mercado na área da cabotagem e contra a flexibilização do conceito de empresa brasileira.

Especuladores - Aproveitam-se da valorização artificial do real frente ao dólar para lucrar com as alterações no sistema de bandas, pondo em risco o plano econômico.

As primeiras propostas de FHC e seus resultados

Não ceder às pressões dos partidos e distribuir cargos através de critérios técnicos. Criar o Conselho Político com os presidentes dos partidos aliados, para promover a coordenação política do governo.



Aplicar R\$ 25 bilhões por ano em obras de infra-estrutura.

Iniciar a reforma constitucional pelo capítulo tributário. A primeira emenda reduziria o número de impostos para combater a sonegação e estimular exportações, com fusão do IPI, ICMS e ISS. A cobrança do novo imposto estaria a cargo da União, que repassaria parte para os Estados.

Dar início à reforma administrativa através da flexibilização da estabilidade dos servidores, da privatização de estatais, da redistribuição de competências entre os Estados e municípios e da criação de controle de produtividade nas universidades.

Alterar o capítulo constitucional da Ordem Econômica, com flexibilização dos monopólios do setor petrolierio, das telecomunicações, do gás canalizado e da navegação de cabotagem e modificando o conceito de empresa brasileira.

Alterar o sistema previdenciário, com criação de sistema complementar privado, através de emenda constitucional. Proposta inclui fim da aposentadorias especiais e por tempo de serviço.

Acabou tendo de ceder ao fisiologismo na formação do ministério, para obter apoio às reformas constitucionais. O Conselho Político não cumpriu seu objetivo e o governo ficou sem coordenação efetiva, o que levou a várias derrotas no Congresso e à perda de popularidade.

Com a crise do México e da Argentina, diminuiram drasticamente tanto a entrada de capitais quanto as reservas internacionais, inviabilizando o aporte de recursos.

O governo não deu prioridade à reforma tributária e acabou perdendo a iniciativa para o PMDB, que encaminhou proposta do deputado Luiz Roberto Ponte (RS). A emenda reduziu os 50 impostos existentes hoje para cinco.

Propostas são combatidas por servidores públicos, CUT, entidades civis, prefeitos, governadores e pela comunidade acadêmica, incluindo Andes, UNE e Ubes.

Emendas estão sendo discutidas pelo Congresso, com perspectivas de serem aprovadas. Partidos de oposição e entidades como CUT, OAB e UNE estão mobilizadas, com lobbies no Congresso e manifestações de rua.

Projeto recebeu críticas de diversos setores e possivelmente à oposição organizar um movimento contra todas as reformas. Emenda acabou sendo desacelerada em quatro e o governo desacelerou sua tramitação.

POPULARIDADE

Avaliação dos institutos é boa

Três representantes de institutos de pesquisa de opinião ouvidos pelo JT concordam que o desempenho do presidente Fernando Henrique é favorável, passados cem dias de sua posse. Eles se basearam nas pesquisas que mediram o nível de popularidade do presidente.

Para Carlos Mateus, presidente do Instituto Gallup de Opinião Pública, o presidente Fernando Henrique manteve nesses três meses o nível de popularidade que tinha antes da posse. “Quase metade do eleitorado, que confiou e votou nele, continua confiando”, explicou.

O cientista político Marcos Coimbra, diretor-presidente do Vox Populi Mercado e Opinião, também acha o atual nível de popularidade do presidente muito bom. “Principalmente porque ele começou com a discussão da reforma constitucional, que é polêmica”.

Para Eliana Ferreira de Assis, coordenadora de Pesquisa do InformEstado, houve uma queda no nível de otimismo, credibilidade e apoio dos paulistanos ao governo. “Mesmo assim, a posição do presidente é favorável”, avalia. “Essa queda é natural após a posse.”

Carlos Augusto Monteiro, presidente do Ibope, não quis opinar porque o Instituto ainda não tem pesquisa sobre o governo.

A preocupação principal passou a ser evitar uma crise cambial. Mesmo assim, o governo optou por não fazer uma nova desvalorização do real, com receio das repercussões sobre a taxa da inflação. Decidiu elevar para 70% as alíquotas de importação de mais de 100 produtos. O principal dilema hoje do governo Fernando Henrique é garantir o equilíbrio das contas externas mantendo in-

flação baixa. As contas externas geram apreensão porque existe um déficit de US\$ 15 bilhões na conta de serviços (pagamento de juros da dívida externa, frete e seguros) que terá que ser coberto de alguma forma. Inicialmente, o governo imaginava obter, sem maiores sobressaltos, um superávit de US\$ 5 bilhões na balança comercial para ajudar a fechar o buraco. Os

US\$ 10 bilhões restantes seriam cobertos com recursos externos ou com a queima das reservas. Agora, os técnicos estão convencidos de que a meta fixada no início vai exigir esforços redobrados. Até o momento, foi possível resolver o problema cambial sem comprometer o controle da inflação. Mas não se sabe até quando isso será possível. Uma inflação na casa dos 2% ao mês, como tu-

do leva a crer que ocorrerá daqui para a frente, sugere a necessidade de uma desvalorização cambial. O problema dos problemas, porém, foge da esfera puramente econômica. Dentro ou fora do governo, todos têm consciência de que, sem as reformas prometidas pelo presidente e encalhadas no Congresso, o Real está sob ameaça permanente.

Ribamar Oliveira/AE